

RELATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS – GUINÉ-BISSAU 2020

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Guiné-Bissau é uma república multipartidária. O país enfrentou um prolongado impasse político pontuado por períodos tumultuosos. Em Março de 2019, o país realizou eleições legislativas para os 102 assentos da Assembleia Nacional. Das eleições presidenciais, realizadas em Novembro de 2019, resultaram dois candidatos com maior número de votos: Domingos Simões Pereira e Umaro Sissoco Embaló. A Comissão Nacional de Eleições declarou Sissoco vencedor na volta de Dezembro de 2019 das eleições presidenciais. Sissoco assumiu a presidência em 27 de Fevereiro após uma tomada de posse não oficial e transferência de poder do presidente cessante José Mário Vaz, o primeiro presidente que serviu um mandato completo. O presidente Sissoco nomeou Nuno Gomes Nabiam para Primeiro-Ministro e, a 3 de Março, Nabiam apresentou uma lista dos ministros da sua escolha ao presidente, que os nomeou para o cargo. Embora os observadores internacionais tenham considerado livres e imparciais todas as eleições do ciclo eleitoral de 2019, o governo de Sissoco usou a intimidação e a prisão arbitrária para consolidar o seu poder.

As forças policiais nacionais são responsáveis pela segurança interna. A Polícia Judiciária, sob a alçada do Ministério da Justiça, é primordialmente responsável por investigar casos de narcotráfico, terrorismo e outros crimes transnacionais. A Polícia de Segurança Pública, sob a alçada do Ministério do Interior, é responsável pela manutenção da lei e da ordem. Entre as outras forças policiais incluem-se o Serviço de Informação do Estado (inteligência), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (migração e controlo de fronteiras), a Força de Intervenção Rápida e a Polícia Marítima. As forças armadas são responsáveis pela segurança externa, mas também têm responsabilidades sobre alguns aspectos da segurança interna. As forças armadas podem ser chamadas a dar assistência às forças policiais em casos de emergência. As autoridades civis por vezes não mantiveram controlo sobre as forças de segurança, que cometeram alguns abusos no período que se seguiu às eleições de 2020.

Problemas graves de direitos humanos incluíam: casos de tratamento cruel, desumano ou degradante; condições duras e potencialmente fatais dos estabelecimentos prisionais; prisão e detenção arbitrárias; problemas graves relativos à independência do poder judiciário; graves actos de corrupção; ausência

de processos de investigação e de responsabilização por crimes de violência contra mulheres e raparigas; tráfico de pessoas; e as formas mais graves de trabalho infantil.

Membros das forças de segurança cometeram alguns abusos. O governo tinha mecanismos para investigar e punir as autoridades que cometeram abusos, mas a impunidade continuou a ser um problema sério. O governo accionou investigações sobre alegados casos de detenção arbitrária, mas não foram tomadas quaisquer medidas contra os seus autores durante o ano

Secção 1. Respeito pela Integridade da Pessoa Humana, Incluindo Protecção Contra:

a. Privação Arbitrária da Vida e Outros Assassinatos Ilegais ou com Motivação Política

Não houve qualquer registo de que o governo ou os seus agentes tenham cometido algum assassinato arbitrário ou ilegal.

b. Desaparecimentos

Não houve qualquer relato de desaparecimentos por ordem de autoridades do governo ou em seu nome.

c. Tortura e Outras Formas de Tratamento ou Punição Cruéis, Desumanas ou Degradantes

A Constituição e a lei proíbem tais práticas mas o número de casos de tratamento cruel ou degradante aumentou durante o ano.

Em 22 Maio, agressores desconhecidos raptaram um membro do Parlamento, Marciano Indi, no exterior da sua residência. Indi é o deputado da Assembleia do Povo Unido -- Partido Democrático (APU-PDGB) Os seus colegas da APU divulgaram o incidente nas redes sociais e contactaram a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e representantes da ONU em Bissau. Ele foi detido durante várias horas antes de ser encontrado numa esquadra da polícia em Bissau com uma ferida na cabeça e outras contusões. Indi tinha criticado o presidente Sissoco e o Primeiro-Ministro Nabiam numa entrevista transmitida na televisão no dia anterior ao ataque.

Em Outubro, membros da Polícia de Segurança Pública espancaram dois membros do partido político MADEM-G15 , prenderam-nos no estabelecimento prisional do Ministério do Interior em Bissau e libertaram-nos pouco depois. Em Novembro, o Ministério do Interior e o Gabinete do Promotor Público divulgaram que o caso estava sob investigação. Os partidos políticos criticaram o incidente e a organização local não-governamental Liga dos Direitos Humanos acusou o Ministério do Interior de "terrorismo de Estado".

Em 20 de Julho, o Parlamento aprovou a criação de uma Comissão Parlamentar de Investigação para investigar incidentes que envolvem três cidadãos guineenses. Entre esses casos encontrava-se o rapto de Marciano Indi e a morte, em 2019, do líder do Partido para a Renovação Social , Demba Balde. A Comissão era liderada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e é constituída por um total de nove membros do Parlamento.

Condições em Prisões e Centros de Detenção

As condições das prisões eram muito variáveis e más. Nos locais de detenção improvisados para detidos em prisão preventiva as condições eram duras e potencialmente fatais.

Condições Físicas As condições de encarceramento eram precárias. Excepto nas prisões de Bafatá e Mansoa, a electricidade, a água potável e o espaço eram inadequados. Em geral, os centros de detenção preventiva careciam de celas seguras, água corrente, ventilação, iluminação e saneamento adequados. A alimentação dos reclusos era inadequada e os cuidados médicos praticamente inexistentes. No centro de prisão preventiva em Bissau os detidos dependiam das famílias para se alimentarem. As autoridades mantinham os indivíduos em prisão preventiva juntamente com criminosos condenados e os menores com os adultos. Não houve relato de mortes sob guarda da polícia.

Administração: As autoridades não investigaram alegações de condições desumanas. Não havia provedor prisional para dar resposta às queixas dos presos nem autoridades independentes para investigarem alegações credíveis de condições desumanas. Em 2018, a Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH) recomendou o encerramento de quatro centros de detenção preventiva (Cacine, Catió, Bigene e Bissora) devido às condições desumanas, mas o governo não tomou quaisquer medidas.

Monitorização Independente: O governo permitiu a monitorização independente das condições de detenção por grupos de direitos humanos locais e internacionais.

d. Prisões ou Detenções Arbitrárias

A Constituição e a lei proíbem prisões e detenções arbitrárias mas o governo não observou tais proibições. Os detidos podem questionar a legalidade da detenção perante um tribunal através de um processo normal de recurso e obter a libertação imediata bem como compensação caso se determine que a detenção foi ilegal. Aumentaram durante o ano as detenções arbitrárias por forças de segurança.

Procedimentos de Detenção e Tratamento dos Detidos

A lei exige mandados de captura embora tenham ocorrido, com frequência, prisões sem mandados, sobretudo de imigrantes suspeitos de crimes. Por lei, os detidos deverão ser apresentados perante um magistrado no período de 48 horas após detenção e libertados se a acusação não for formalizada, mas esta norma nem sempre foi respeitada. As autoridades eram obrigadas a informar os detidos das acusações contra eles, mas nem sempre o fizeram. A lei estipula o direito a um advogado pago pelo Estado para indigentes; os advogados não receberam remuneração pelo seu trabalho de defesa pública a tempo parcial e, muitas vezes, ignoraram as directivas do governo para representarem indigentes. O sistema de fianças funcionava. Os detidos em prisão preventiva tinham acesso rápido a familiares. As autoridades geralmente mantiveram os suspeitos civis em prisão domiciliária.

Detenção Arbitrária: A polícia prendeu pessoas arbitrariamente e deteve-as sem o devido processo penal. Em Maio, um membro do Parlamento foi detido e gravemente espancado pela Polícia de Segurança Pública por alegadamente ter ofendido o presidente Sissoco Embaló. Foi libertado horas mais tarde, no mesmo dia. Em Junho, a Polícia de Segurança Pública deteve Armando Correia Dias, líder do partido político PAIGC, por alegadamente transportar armas no seu veículo. Segundo um membro do Parlamento do PAIGC, a polícia retirou do seu próprio carro uma arma AK-47 e colocou-a no carro de Dias, detendo-o de seguida. Foi libertado dias mais tarde na sequência de intervenções das Nações Unidas e da sociedade civil e após uma audiência judicial. Em Agosto, a Polícia de Segurança Pública deteve o antigo Secretário de Estado do Tesouro na sua residência em Bissau por alegada posse ilegal de um veículo do governo. Foi libertado dois dias mais tarde sem qualquer acusação formal.

e. Negação de um Julgamento Público e Imparcial

A Constituição e a lei prevêm um sistema judiciário independente, mas o poder judiciário estava sujeito a manipulação política. Os juízes tinham formação inadequada, auferiam salários precários e irregulares, e eram susceptíveis à corrupção. Os julgamentos sofreram muitas vezes atrasos por falta de recursos e infraestrutura e as condenações foram extremamente raras. No entanto, as autoridades respeitaram as ordens judiciais.

Procedimentos Judiciais

A lei prevê o direito a um julgamento público justo mas o sistema judiciário independente nem sempre respeitou esse direito.

O sistema judicial muitas vezes não facultou julgamentos justos e juízes corruptos por vezes trabalhavam em cumplicidade com a polícia. Os processos foram, por vezes, adiados sem explicação e houve ocasiões em que as multas foram retiradas directamente das contas bancárias dos arguidos sem o seu conhecimento.

O cidadão tem o direito à presunção de inocência; a ser prontamente informado das acusações com serviço de interpretação grátis, se necessário, desde o momento da acusação até à exaustão de todos os recursos; a um julgamento justo sem demora injustificada; a estar presente durante o seu julgamento; e a comunicar com um advogado da sua escolha ou a ter acesso a um advogado a expensas do tribunal desde o momento da acusação até à exaustão de todos os recursos. A lei prevê o direito a interrogar e a apresentar testemunhas e provas, a não ser obrigado a testemunhar contra si mesmo ou a admitir culpa, bem como a recurso. Em geral os réus têm tempo e instalações adequadas para prepararem a sua defesa; no entanto, a maior parte dos processos nunca chegou a julgamento. Não existe julgamento por júri. Os julgamentos em tribunais cíveis são abertos ao público.

Presos e Detidos Políticos

Não houve relatos de presos ou detidos políticos.

Procedimentos e Reparações Judiciais Cíveis

As pessoas podem procurar obter reparações cíveis para violações dos direitos humanos; no entanto, não existia um mecanismo administrativo específico para tratar de violações dos direitos humanos.

f. Interferência Arbitrária ou Ilegal na Privacidade, Família, Habitação ou Correspondência

A Constituição e a lei proíbem este tipo de acções mas o governo nem sempre respeitou estas proibições. Em geral, a polícia ignorou os direitos à privacidade e protecção contra buscas e apreensões sem fundamento.

Secção 2. Respeito pelas Liberdades Civis, designadamente:

a. Liberdade de Expressão, Incluindo Liberdade da Imprensa

A Constituição e a lei consagram a liberdade de expressão, incluindo a da imprensa; contudo, o governo nem sempre respeitou este direito. Desde a auto-tomada de posse de Sissoco em finais de Fevereiro, as Nações Unidas e as organizações de defesa dos meios de comunicação social divulgaram vários actos de intimidação contra os meios de comunicação social, incluindo os estatais.

O facto de o governo não ter investigado nem processado ataques a defensores dos direitos humanos e manifestantes pacíficos resultou em restrições de facto à liberdade de expressão, reunião e associação.

Liberdade de Imprensa e Meios de Comunicação, Incluindo Meios de Comunicação Online: Os órgãos de comunicação social independentes estavam activos e expressavam uma grande variedade de pontos de vista sem restrições. Havia vários jornais privados para além do jornal estatal *No Pintcha*, mas todos eram publicados pela editora estatal. Contudo, os jornalistas que trabalhavam para os meios de comunicação estatal não exerciam a sua profissão livremente e a censura interna era comum.

Violência e Assédio: O governo não envidou esforços para salvaguardar a segurança e independência dos meios de comunicação social ou para processar indivíduos que ameaçaram jornalistas. A intimidação e o assédio dos jornalistas e meios de comunicação social aumentaram durante o ano. Por exemplo após a Televisão da Guiné-Bissau (TGB) não ter emitido a tomada de posse não oficial de Sissoco em Fevereiro, soldados ocuparam a TGB e a Rádio-Difusão Nacional e

impediram-nas de operar até serem nomeados novos directores em Março. Em Julho, homens armados e uniformizados atacaram a estação de rádio privada Rádio Capital e destruíram equipamento. O governo e algumas organizações internacionais, tais como a CEDEAO e a União Africana, criticaram este acto, mas o governo não tomou quaisquer medidas para encontrar os responsáveis, o que contribuiu para uma restrição de facto da liberdade de expressão.

Censura ou Restrições de Conteúdo: Houve casos de censura nos meios de comunicação social públicos. Considerações políticas levaram muitas vezes os jornalistas a autocensurar o conteúdo das notícias.

Liberdade da Internet

O governo não restringiu nem interrompeu o acesso à Internet, nem censurou conteúdos online, e não houve relatos credíveis de que o governo tenha vigiado comunicações online sem a autoridade legal adequada. O presidente Sissoco anunciou, em 7 Julho, que os serviços de informação utilizariam equipamento adquirido no estrangeiro para começar a vigiar comunicações entre os cidadãos e “chamar à justiça” todo aquele que insultasse ou difamasse qualquer outro residente nacional. Em Dezembro não havia qualquer prova de que o governo tenha começado a vigiar as comunicações entre cidadãos.

Liberdade Académica e de Eventos Culturais.

Não houve restrições governamentais à liberdade académica nem aos eventos culturais.

b. Liberdade de Reunião e Associação Pacífica

A Constituição e a lei consagram a liberdade de reunião e de associação pacíficas; o governo, no entanto, não respeitou tais direitos.

Liberdade de Reunião Pacífica

A lei consagra a liberdade de reunião e de associação pacíficas, mas o governo não respeitou a lei de forma consistente. A impunidade das forças de segurança contribuiu para um ambiente de intimidação que restringiu a liberdade de reunião.

Em Outubro de 2019 os partidos da oposição protestaram contra a organização das eleições presidenciais. Durante o protesto foi encontrado um corpo na sede de um partido da oposição em circunstâncias duvidosas e os que protestavam afirmaram que a morte fora resultado de actos da polícia. A investigação do Ministério do Interior determinou que se tratava do corpo de Demba Balde, líder do Partido para a Renovação Social. A Comissão Parlamentar de Investigação continuava a investigar o caso no final do ano.

Em 2018 o Movimento dos Cidadãos Conscientes e Inconformados apresentou uma queixa contra o governo junto do Tribunal de Justiça da CEDEAO por violação da liberdade de protesto pacífico. A investigação continuava em curso no final do ano..

c. Liberdade Religiosa

Consulte o *International Religious Freedom Report* (Relatório Internacional Sobre Liberdade Religiosa), em <https://www.state.gov/religiousfreedomreport/>.

Liberdade de Circulação

A Constituição e a lei consagram a liberdade de circulação dentro do país, bem como o direito de viajar para o estrangeiro, de emigração e repatriação e, em geral, o governo respeitou esses direitos.

e. Estatuto e Tratamento de Pessoas Internamente Deslocadas

Não aplicável.

f. Protecção aos Refugiados

Através da Comissão Nacional para os Refugiados, o governo cooperou com o Gabinete do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) e outras organizações humanitárias na protecção e assistência a pessoas internamente deslocadas, aos refugiados, requerentes de asilo, apátridas e outros indivíduos em dificuldades.

Acesso a Asilo: A lei prevê a concessão de asilo ou estatuto de refugiado. O governo não concedeu o estatuto de refugiado ou asilado durante o ano, citando medidas de prevenção da COVID-19. O gabinete do ACNUR em Bissau facilitou a emissão de cartões de refugiado a todos os refugiados que os solicitaram.

O país alojou milhares de refugiados de longa duração e requerentes de asilo provenientes da região de Casamansa no Senegal. Muitos residentes conservaram os laços étnicos e familiares em ambos os lados da fronteira, mal demarcada, no norte do país com a região de Casamansa do Senegal, pelo que a nacionalidade e o estatuto de muitas pessoas nessa área são pouco claros.

Soluções Duradouras: Em Dezembro de 2018, o Presidente José Mário Vaz concedeu cidadania a mais de 7.000 refugiados, linguística e culturalmente assimilados, residentes no país há mais de 25 anos. O decreto estava em conformidade com os acordos internacionais sobre migração e asilo. A maioria desses refugiados era originalmente da região de Casamansa, no Senegal, bem como minorias da Libéria e de Serra Leoa. O ACNUR divulgou que, em Setembro de 2019, o país alojava 7.800 refugiados. Até o processo ser suspenso, em Março, devido às medidas de prevenção da COVID-19, o governo tinha emitido identificação oficial de naturalização a 5.507 dessas pessoas.

Secção 3. Liberdade de Participação no Processo Político

A lei confere aos cidadãos a possibilidade de escolherem o seu governo através de eleições livres e justas realizadas periodicamente por voto secreto e com base no sufrágio universal e igual.

Eleições e Participação Política

Últimas Eleições: A primeira volta das eleições presidenciais teve lugar em 24 Novembro 2019. Os dois candidatos com mais votos após a primeira volta, Domingos Simões Pereira e Umaro Sissoco Embaló, competiram numa segunda volta das eleições em 29 Dezembro 2019. A Comissão Nacional de Eleições declarou Sissoco vencedor. Observadores internacionais caracterizaram as eleições como livres, imparciais e transparentes. O partido da posição PAIGC interpôs recurso e disputou a imparcialidade e a exactidão do resultado. Seguiu-se um impasse institucional, dado que o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) não ratificou o resultado eleitoral apesar de a Comissão Nacional de eleições declarar Sissoco vencedor. Sissoco assumiu a presidência em 27 de Fevereiro após uma tomada de posse não oficial e a transferência de poder do presidente cessante José Mário Vaz. Em apoio a Sissoco, as forças militares assumiram temporariamente o comando de todas as instituições governamentais, do STJ e dos meios de comunicação nacionais. Sissoco nomeou Nuno Gomes Nabiam para o cargo de Primeiro-Ministro. Em Março, o Primeiro-Ministro deu posse ao seu

novo governo, composto de 32 membros, incluindo 19 ministros e 13 secretários de Estado. Em 22 de Abril, a CEDEAO reconheceu Sissoco como vencedor das eleições presidenciais de 2019. Em Setembro o STJ rejeitou o recurso interposto pelo PAIGC que disputava o resultado das eleições. A rejeição pôs fim ao longo processo judicial de oito meses, durante os quais os argumentos legais do partido da oposição passaram várias vezes do TSJ para a comissão Nacional de Eleições e vice-versa.

Participação de Mulheres e Membros de Grupos de Minorias: Nenhuma lei limita a participação de mulheres ou membros de minorias no processo político, e estes participaram. Segundo alguns observadores, factores tradicionais e culturais limitaram a participação política das mulheres em comparação com a dos homens.

Durante as eleições legislativas de 2019, nenhum partido político cumpriu a lei de paridade de género de 2018, que exige que 36 por cento dos candidatos sejam mulheres. Havia 14 mulheres entre os 102 membros da Assembleia Nacional, tantas quanto na legislatura anterior. Em Março de 2020 o Primeiro-Ministro Nuno Nabiam apresentou a lista dos novos membros do governo. O governo, de 32 membros, incluía sete mulheres, entre as quais quatro ministros e três secretárias de Estado.

Secção 4. Corrupção e Falta de Transparência no Governo

A lei prevê penas de um mês a 10 anos de prisão para casos de corrupção por parte das autoridades. O governo não implementou efetivamente a lei e as autoridades em todos os ramos e níveis de governo envolveram-se em práticas corruptas e não transparentes com impunidade.

Corrupção: Os membros do exército e da administração civil estiveram, alegadamente, envolvidos no narcotráfico e colaboraram com os cartéis internacionais da droga, dando-lhes acesso ao país e à sua infraestrutura de transportes. Por exemplo, um cidadão mexicano e um cidadão da Guiné Bissau permaneceram em liberdade apesar de terem sido condenados a uma pena de prisão, em 7 de Janeiro, alegadamente devido à intervenção de membros do governo. Em Setembro a polícia judiciária prendeu o antigo director dos serviços de migração por interferência numa operação anti-droga que teve lugar em Março no aeroporto Osvaldo Vieira. Encontrava-se na sua residência a aguardar julgamento. Desde a sua tomada de posse, Sissoco despediu duas figuras fundamentais na luta contra o tráfico de droga, a antiga Ministra da Justiça Rute Monteiro e a directora da Polícia Judiciária Filomena Mendes Lopes. Monteiro

fugiu do país citando ameaças de morte. Sissoco e outros membros do governo afirmaram o seu desejo de eliminar o tráfico de droga mas o governo não intentou qualquer processo judicial neste âmbito durante o ano.

Algumas autoridades civis e militares foram cúmplices no tráfico ilegal de madeira. Em Novembro, a polícia judiciária apreendeu uma grande quantidade de troncos cortados ilegalmente na floresta nacional do país. A madeira tinha sido cortada por uma empresa na qual, alegadamente, o Primeiro-Ministro Nuno Nabiam tinha interesses financeiros. Em Dezembro, a polícia judiciária pediu ao Gabinete do Promotor Público que interrogasse o Primeiro-Ministro relativamente à sua participação no corte e venda ilegal de madeira. O Ministro do Interior e o Comandante da Guarda Nacional também estavam alegadamente sob investigação. No final do ano, o Gabinete do Promotor Público não tinha instruído qualquer processo.

Divulgação Financeira: Por lei, os funcionários públicos de nível superior são obrigados a divulgar as suas finanças pessoais ao Tribunal de Contas e essa informação deve ser tornada pública. O Tribunal não tem autoridade para fazer cumprir a lei e não estão especificadas sanções para o incumprimento. No final do ano, nenhuma autoridade pública tinha divulgado as suas finanças pessoais.

Secção 5. Atitude do Governo Face à Investigação Internacional e Não-Governamental de Alegadas Violações de Direitos Humanos

De uma forma geral, vários grupos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos conduziram as suas actividades sem restrições por parte do governo, investigando e publicando os resultados das suas investigações sobre casos relacionados com os direitos humanos. Os representantes do governo cooperaram e atenderam, até certo ponto, aos seus pontos de vista.

Órgãos Governamentais de Direitos Humanos: A Comissão Nacional dos Direitos Humanos é uma organização governamental dos direitos humanos. Era independente, mas continuava a ter financiamento insuficiente e a ser ineficaz.

Secção 6. Discriminação, Abusos Sociais e Tráfico de Pessoas

Mulheres

Violação e Violência Doméstica: A lei proíbe a violação, incluindo a violação conjugal, e prevê penas de prisão de dois a doze anos; no entanto, o governo não

aplicou efectivamente a lei. A lei permite a acção penal em caso de violação apenas quando é a própria vítima a apresentar queixa, o que os observadores notaram ser raro devido ao medo, por parte da vítima, de estigma social e retribuição.

Apesar de a lei proibir a violência doméstica, o abuso era generalizado. O governo não tomou medidas específicas para contrariar a pressão social contra a denúncia de violência doméstica, violação, incesto e outros maus-tratos de mulheres.

Os casos de violência doméstica e abuso infantil eram geralmente resolvidos no seio familiar. O acesso limitado a instituições de justiça também contribuiu para a preferência pelo direito consuetudinário para resolução de problemas sociais. O recurso ao sistema de justiça formal era mal entendido, dispendioso e raramente utilizado.

Em Setembro, a Polícia Judiciária prendeu um homem de 37 anos em Bafatá sob suspeita de abuso sexual de crianças menores de 12 anos. Segundo a polícia, uma vítima do suspeito tinha alegadamente engravidado. O suspeito foi detido e apresentado ao Ministério Público para investigação.

Em Julho o Parlamento e a Liga dos Direitos Humanos da Guiné denunciaram um aumento do número de denúncias de casos de violência contra mulheres e crianças nas regiões oriental e do sul do país, incluindo as regiões de Bafatá, Gabu e Quinara.

Mutilação Genital Feminina/Corte (MGF/C): A lei proíbe a MGF/C independentemente da idade das vítimas. A MGF/C foi praticada em meninas com idade inferior a cinco anos. A sua prática é punível com coima de até cinco milhões de francos da África Central (CFA) (\$8.680) e cinco anos de prisão. Pregadores e escolásticos muçulmanos pediram a abolição da prática da MGF/C. O Programa Conjunto do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) e da UNICEF relativo à MGF/C colaborou com o Ministério da Justiça no sentido de reforçar a divulgação e aplicação da lei através do reforço das capacidades das autoridades responsáveis pela implementação do programa.

Assédio Sexual: A lei não proíbe o assédio sexual e o problema era generalizado. O governo não tomou iniciativas para combater o problema.

Coerção no Controlo Demográfico: Não houve relatos de imposição de aborto ou esterilização involuntária por parte de autoridades governamentais.

Discriminação: A Constituição concede direitos iguais a mulheres e homens. No entanto, a discriminação de género foi prevalente devido às normas sociais baseadas nos costumes e regras tradicionais dos grupos étnicos e das comunidades religiosas que perpetuavam as desigualdades. A lei do direito à posse de terra reconhece direitos iguais a homens e mulheres no acesso à terra, mas também reconhece o direito consuetudinário que favorece os homens na aquisição de direitos de posse da terra. Havia restrições legais ao emprego de mulheres nas mesmas ocupações e Indústrias onde trabalhavam homens.

Crianças

Registo de Nascimento: A cidadania é obtida por nascimento no território nacional ou por cidadania dos pais. O registo de nascimento de recém nascidos não é efectuado automaticamente nos hospitais; os pais devem a registar o nascimento num notário. A falta de registo levou à negação de serviços públicos, incluindo a educação.

Educação: A maioria das crianças em idade escolar ficou frequentemente em casa porque as escolas só abriram por períodos intermitentes devido a greves de professores. De Março a Outubro as crianças permaneceram em casa devido à pandemia da Covid-19. As escolas públicas não ofereceram aulas online.

Abuso Infantil: Não havia leis específicas sobre o abuso infantil. A violência contra as crianças parecia ser generalizada, mas era raramente denunciada às autoridades.

Casamento Precoce e Forçado: A idade mínima legal para contrair casamento é 16 anos para ambos os sexos. O casamento precoce e forçado de crianças ocorreu em todos os grupos étnicos. As raparigas que fugiram de casamentos arranjados foram muitas vezes vítimas de tráfico para sexo comercial. Também se verificou a compra e venda de crianças-noivas. O governo não fez qualquer esforço para atenuar os problemas. Segundo a UNICEF, 6 por cento das raparigas estavam casadas aos 15 anos e 24 por cento aos 18 anos.

Exploração Sexual de Crianças: A idade mínima para o sexo consensual é de 18 anos para ambos os sexos. Existe uma lei de estupro mediante violência presumida, que proíbe o sexo com menores de 16 anos. A lei relativa à violação acarreta uma pena de dois a doze anos de prisão. A lei também proíbe a pornografia infantil. A lei criminaliza a exploração sexual comercial de crianças e

prescreve penas de três a quinze anos de prisão e o confisco de quaisquer rendimentos oriundos do crime. Por vezes, quando foram reportados casos de pedofilia e assédio sexual, a polícia culpou as vítimas.

Houve relatos de raparigas que foram vítimas de exploração sexual comercial, incluindo o turismo sexual, nas ilhas isoladas de Bijagós e em bares e hotéis da Guiné-Bissau continental.

Consultar também o *Trafficking in Persons Report (Relatório sobre Tráfico de Pessoas)* publicado pelo Departamento de Estado, em <https://www.state.gov/trafficking-in-persons-report/>.

Crianças Deslocadas: A organização não-governamental nacional Associação dos Amigos das Crianças calculou que até 500 crianças, na sua maioria provenientes da vizinha Guiné, viviam nas ruas de centros urbanos, tais como Bissau, Bafatá e Gabu. O governo não prestou quaisquer serviços às crianças de rua durante o ano. O governo colaborou com o Senegal para o regresso à Guiné-Bissau das 158 crianças enviadas para escolas corânicas no Senegal. Em geral, estas crianças acabavam na mendicância e sofriam maus tratos.

Rapto Internacional de Crianças: O país não subscreveu a Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.s. Consulte o *Annual Report on International Parental Child Abduction* (Relatório Anual sobre Rapto Parental Internacional de Crianças) do Departamento de Estados dos EUA, em <https://travel.state.gov/content/travel/en/International-Parental-Child-Abduction/for-providers/legal-reports-and-data/reported-cases.html>.

Anti-Semitismo

Existiam pequenas comunidades de judeus no país e não foram relatados casos de anti-semitismo.

Tráfico de Pessoas

Consulte o *Trafficking in Persons Report (Relatório sobre o Tráfico de Pessoas)*, publicado pelo Departamento de Estado, em <https://www.state.gov/trafficking-in-persons-report/>.

Pessoas Com Deficiência

A lei não proíbe especificamente a discriminação de pessoas com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou mentais. O governo não empreendeu esforços para combater a discriminação de pessoas com deficiência ou garantir o seu acesso a edifícios, informação ou sistemas de comunicação. O governo empreendeu alguns esforços para prestar assistência aos ex-combatentes com deficiência por intermédio de programas de pensões, mas estes programas não responderam adequadamente às necessidades de saúde, alojamento ou alimentação. Havia disposições que permitiam aos eleitores com deficiência e aos analfabetos participar no processo eleitoral, mas os eleitores com comprovadas deficiências intelectuais graves podiam ser impedidos de votar.

Actos de Violência, Criminalização e outros Abusos baseados na Orientação Sexual e na Identidade de Género

Nenhuma lei criminaliza a orientação sexual. A legislação em matéria de anti-discriminação não se aplica a lésbicas, homossexuais, bissexuais, transgéneros ou intersexuais. (LGBTI). Em Julho um homem foi atacado devido à sua orientação sexual mas alegadamente não apresentou queixa por medo de retaliação.

Secção 7. Direitos dos Trabalhadores

a. Liberdade de Associação e Direito à Negociação Colectiva

A lei prevê a liberdade dos trabalhadores formarem e participarem em sindicatos independentes, sem autorização prévia. A lei exclui as forças militares e policiais e não abrange totalmente todos os outros funcionários do sector público, bem como trabalhadores rurais, trabalhadores das docas e trabalhadores da economia informal.

A lei não prevê o direito de negociação colectiva; contudo, o Conselho Nacional de Concertação Social, de composição tripartida, realizou consultas colectivas sobre questões salariais. Os trabalhadores e os empregadores determinaram a maior parte dos salários em negociações bilaterais

A lei prevê o direito à greve, mas os trabalhadores têm de apresentar um pré-aviso de 72 horas. A lei também proíbe a retaliação contra grevistas e não exclui qualquer grupo de trabalhadores de formas relevantes de protecção legal. Durante o ano, em diferentes alturas, muitos sectores da economia estiveram em greve, geralmente devido aos baixos salários. Os trabalhadores dos sectores da educação, meios de comunicação social, saúde e sectores públicos realizaram greves durante

o ano. Os trabalhadores do sector público, que lutavam por um aumento do salário mínimo, fizeram greve semanalmente durante o ano.

A lei permite que os sindicatos realizem as suas actividades sem interferência do governo. Apenas os delegados sindicais estão protegidos por leis sindicais, enquanto a Constituição garante o direito dos trabalhadores à liberdade de expressão e reunião. A lei proíbe a discriminação patronal contra os representantes sindicais oficiais. A lei exige a reintegração dos trabalhadores demitidos devido a actividades sindicais. A lei não se aplica a trabalhadores domésticos.

O governo não fez cumprir efectivamente as leis laborais aplicáveis e as sanções não eram proporcionais às de outras leis que envolviam a negação de direitos civis. Em geral, as autoridades respeitaram a liberdade de associação no sector formal. As organizações de trabalhadores não eram independentes do governo e de partidos políticos, empregadores e associações de empregadores, que por vezes procuravam influenciar as decisões e acções dos sindicatos

b. Proibição de Trabalho Forçado ou Compulsório

A lei proíbe todas as formas de trabalho forçado ou compulsório, mas o governo não fez efectivamente aplicar estas leis. As sanções previstas não eram proporcionais às aplicadas a outros crimes graves, mas o governo não aplicou estas ou outras leis pertinentes para julgar casos de trabalho forçado. Houve casos de trabalho infantil forçado (ver secção 7.c).

Consultar também o *Relatório sobre o Tráfico de Pessoas*, publicado pelo Departamento de Estado, em <https://www.state.gov/trafficking-in-persons-report/>.

c. Proibição do Trabalho Infantil e Idade Mínima para o Emprego

A lei proíbe todas as piores formas de trabalho infantil. A idade legal mínima é de 14 anos para operários fabris em geral e de 18 anos para trabalho pesado ou perigoso, incluindo o trabalho em minas, mas estas proibições não se aplicam ao trabalho sem contrato. Não é permitido que menores façam horas extraordinárias. A lei proíbe que menores de 18 anos de idade realizem trabalho pesado, trabalho em condições insalubres ou perigosas, trabalho nocturno e trabalho subterrâneo; contudo, o governo não criou uma lista de trabalhos perigosos.

Os Ministérios da Justiça e da Função Pública e do Trabalho, bem como o Instituto da Mulher e Criança, não fizeram cumprir efectivamente estes requisitos, particularmente nos sectores de trabalho informal. Os recursos, as inspecções e as soluções foram inadequados. Em geral, as sanções assumiram a forma de multas mínimas que não foram ajustadas de modo a reflectir a adopção do franco CFA em 1997 e não eram proporcionais às aplicadas a outros crimes graves. O governo não disponibilizou serviços de qualquer espécie, para além de inspecções, e não prendeu nem condenou os transgressores.

O trabalho infantil ocorreu na agricultura, pesca, trabalho doméstico e trabalho de rua. O trabalho infantil forçado ocorreu no serviço doméstico, mendicância, agricultura e mineração, engraxe de sapatos e venda de alimentos nas ruas urbanas. Alguns professores de religião, conhecidos como *marabouts*, enganaram os rapazes e as suas famílias prometendo-lhes uma educação corânica, mas depois puseram-nos a trabalhar ou levaram-nos para países vizinhos onde eram sujeitos a exploração por mendicância forçada. Ocorreu também exploração sexual comercial de crianças (ver secção 6). O pequeno sector formal aderiu, em geral, aos requisitos de idade mínima, embora tenha havido queixas de que os menores trabalhavam horas extraordinárias apesar da proibição.

Nas comunidades rurais as crianças realizavam trabalhos domésticos e agrícolas sem remuneração para ajudar a sustentar as suas famílias. Os menores nesta situação, bem como aqueles que recebiam algum salário, eram frequentemente sujeitos a violência e abuso sexual. De acordo com um inquérito de uma organização não governamental, nove em cada dez trabalhadores domésticos eram vítimas de abuso físico por parte dos empregadores.

Consulte também *Findings on the Worst Forms of Child Labor* (Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil) do Departamento do Trabalho, em <https://www.dol.gov/agencies/ilab/resources/reports/child-labor/findings>.

d. Discriminação Relativa a Emprego e Ocupação

A Constituição prevê a igualdade entre todos, mas a lei não proíbe a discriminação na base de raça, cor, sexo, religião, opinião política, origem nacional, cidadania, deficiência, idioma, orientação sexual ou identidade do género, idade, seropositividade ou outras doenças transmissíveis, ou origem social.

As mulheres enfrentavam disparidades salariais consideráveis e tinham menos probabilidade de serem contratadas do que os homens. Havia restrições legais ao

número de horas de trabalho das mulheres e ao seu emprego em ocupações e tarefas consideradas perigosas, no trabalho na indústria mineira e em qualquer outro trabalho considerado prejudicial à “função genética” da mulher.” As pessoas LGBTI sofreram discriminação na contratação de emprego e as pessoas portadoras de deficiência sofreram discriminação na contratação de emprego e no acesso ao local de trabalho. Não estava disponível documentação sobre discriminação nas outras categorias acima mencionadas no que diz respeito ao emprego e ocupação.

e. Condições Laborais Aceitáveis

O Conselho de Ministros estabelece anualmente os níveis de salário mínimo para várias categorias de trabalho, mas continua a basear-se num mecanismo de determinação salarial que a Organização Internacional do Trabalho considera antiquado. Embora, no sector público, o salário mínimo seja superior ao limiar de pobreza internacional estabelecido pelo Banco Mundial, o salário mínimo mais baixo para os trabalhadores do sector privado estava substancialmente abaixo do limiar de pobreza. O salário mínimo não foi cumprido no sector informal, que abrange cerca de 80 por cento dos trabalhadores. A lei prevê uma carga horária semanal máxima de 45 horas e cláusulas relativas a horas extraordinárias.

Em cooperação com os sindicatos, os Ministérios da Justiça e do Trabalho estabelecem normas legais de saúde e segurança para os trabalhadores, as quais a Assembleia Nacional ainda não tinha homologado no final do ano. As normas estavam actualizadas e eram adequadas às principais indústrias. Os trabalhadores não têm o direito de se retirarem de condições de trabalho inseguras sem colocarem em risco os seus empregos.

O inspector-geral do Ministério do Trabalho é responsável pelo cumprimento da lei, mas não o fez de forma eficaz. O número de inspectores laborais era insuficiente para detectar e impedir violações e não tinham autoridade para realizar inspecções sem pré-aviso ou implementar sanções. Os regulamentos sobre salários, segurança ocupacional e saúde não foram cumpridos no sector informal, que incluía a grande maioria dos trabalhadores. As sanções, normalmente multas mínimas não ajustadas à inflação, não eram proporcionais às aplicadas a crimes semelhantes. Muitas pessoas trabalhavam em condições que punham em risco a sua saúde e segurança.

Não há uma contagem oficial de acidentes no local de trabalho no país, mas muitos relatos não oficiais indicavam a ocorrência de acidentes no local de trabalho. Por exemplo, em Janeiro um funcionário perdeu os dedos ao realizar trabalho de

manutenção. Este caso foi relatado ao inspector-geral do trabalho e foi investigado.